

BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.163.016/0001-76

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

No período, a BMC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 132 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 9,828 milhões e Ativos Totais de R\$ 10.213 milhões.

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2013. A BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BMC DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Osasco, SP, 19 de junho de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2013	2012	2013	2012
ATIVO			PASSIVO	
CIRCULANTE	9.865	9.777	CIRCULANTE	160
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	23	29	OUTRAS OBRIGAÇÕES	160
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	9.812	9.715	Sociais e Estatutárias	6
Carteira Própria	9.598	9.599	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	61
Vinculados à Prestação de Garantias	124	116	Diversas (Nota 9b)	92
OUTROS CRÉDITOS	30	33	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	225
Diversos (Nota 6)	30	33	OUTRAS OBRIGAÇÕES	187
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	347	347	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	225
OUTROS CRÉDITOS	347	192	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.828
Diversos (Nota 6)	347	192	Capital:	
PERMANENTE	1	1	- De Domiciliados no País (Nota 10a)	5.500
INVESTIMENTOS	1	1	Reservas de Lucros (Nota 10c)	4.328
Outros Investimentos (Nota 7)	1	1	TOTAL	10.213
TOTAL	10.213	9.970		9.970

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
	2013	2012	2013	2012	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Estatutárias	Lucros Acumulados	Total
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	346	449	346	449	1.860	395	7.060	-	9.315
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	346	449	346	449					
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	346	449	346	449					
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(146)	(112)	(146)	(112)					
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(126)	(87)	(126)	(87)					
Despesas Tributárias (Nota 12)	(20)	(25)	(20)	(25)					
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	6	2	6	2					
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(6)	(6)	(6)	(6)					
RESULTADO OPERACIONAL	200	337	200	337	5.020	320	4.195	-	9.535
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	200	337	200	337	5.020	328	4.349	-	9.697
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)	(68)	(115)	(68)	(115)					
LUCRO LÍQUIDO	132	222	132	222					
Número de cotas (Nota 10a)	5.500,000	5.020,000							
Lucro por lote de mil cotas em R\$	24,00	44,22			5.500	26	4.302	-	9.828

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2013	2012	2013	2012	Descrição	2013	2012	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					1 - Receitas	346	157,3	445	124,3
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	200	337	200	337	1.1) Intermediação Financeira	346	157,3	449	125,4
Ajustes ao Lucro antes dos Impostos	22	26	22	26	1.2) Outras	26	-	4	(1,1)
Despesas com Provisões Fiscais	(22)	(26)	(22)	(26)	2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	(126)	(57,3)	(87)	(24,3)
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	222	363	222	363	Propaganda e Publicidade	(98)	(44,5)	(64)	(17,9)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	9	(258)	9	(258)	Serviços Técnicos Especializados	(8)	(3,6)	(8)	(2,2)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(21)	(8)	(21)	(8)	Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(3,2)	(5)	(1,4)
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	1	(34)	1	(34)	Outros	(13)	(6,0)	(10)	(2,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(200)	(42)	(200)	(42)	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	220	100,0	358	100,0
Imposto de Renda e Contribuição Social a Receber	11	21	11	21	4 - Valor Adicionado a Distribuir	220	100,0	358	100,0
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	12	8	12	8	5 - Distribuição do Valor Adicionado	220	100,0	358	100,0
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	23	29	23	29	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	88	40,0	136	38,0
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	11	21	11	21	Federal	88	40,0	136	38,0
					5.2) Remuneração de Capitais Próprios	132	60,0	222	62,0
					Dividendos	1	0,5	2	0,6
					Lucros Retidos	131	59,5	220	61,4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BMC DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo praticar operações e atividades pertinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie. É parte integrante da Organização Bradesco, suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a Instituição não realizou operações relativas aos seus objetivos sociais.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.538/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis e fiscais; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apresentados por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 19 de junho de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) **Meio funcional e de apresentação**
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) **Aparuração do resultado**
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas predefinidas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata e calculadas com base no método exponencial.
c) **Operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.**
d) **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.
e) **Títulos e valores mobiliários - classificação**
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são determinados com base em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa estar julgada ou estimativa significativa por parte da Administração.
f) **Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e o provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
g) **Provisão para imposto de renda e contribuição social**
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.
h) **Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.**

4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) **Classificação por categorias e prazos**
b) **Títulos para negociação - (3)**
Letras financeiras do tesouro - 2 91
Letras financeiras 121 162
Notas do tesouro nacional 1.365 - -
Debêntures - 5
Certificados de depósito bancário 257 420
Letras do tesouro nacional 421 - -
Total em 2013 1.486 421
Total em 2012 2.469 982
(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 9.888 mil (2012 - R\$ 9.599 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os caracteres dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
(2) O valor de mercado em relação a um ativo é o preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver disponibilidade de preços de mercado disponíveis, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de opções ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial o título classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) BMC DTVM não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2013 e de 2012.
c) **Resultado de títulos e valores mobiliários**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Fundos de investimentos	342	444
Títulos de renda fixa	4	5
Total	346	449

6) OUTROS CRÉDITOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Devedores por depósitos em garantia - fiscais	214	58
Créditos tributários (Nota 15c e d)	120	102
Opções por incentivos fiscais	37	37
Imposto de renda a compensar	6	6
Devedores diversos	6	17
Total	377	225

7) INVESTIMENTOS
O investimento de R\$ 1 mil (2012 - R\$ 1 mil) refere-se a título patrimonial da CETIP Educacional.
a) **PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**
a) **Ativos contingentes**
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) **Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Instituição é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prestação.
c) **Obrigações legais prováveis para riscos fiscais**
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de éxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.
d) **Movimentação das provisões**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Fiscais e previdenciárias	
No início do 1º semestre de 2013	189	
Atualização monetária	6	
Constituições	6	
Saldo no final do 1º semestre de 2013 (Nota 9a)	211	
Saldo no início do 1º semestre de 2012 (Nota 9a)	175	

c) **Passivos contingentes classificados como perdas prováveis**
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autorada" ou "ré", e ampara na opinião dos assessores jurídicos, classificados as ações de acordo com a expectativa de inucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda provável não são reconhecidos contabilmente.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelas artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 15.
f) **Investimentos**
Os outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.
g) **Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.
h) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais e decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, com compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de éxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.
- **Provisões** - são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- **Passivos Contingentes**: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas prováveis, devendo apenas ser divulgados quando houver evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor.
- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais**: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 8.
i) **Outros ativos e passivos**
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata) e o provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata).
j) **Eventos subsequentes**
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.
São compostos por:
- Eventos que exigem ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2013.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
A Instituição possui disponibilidades de R\$ 23 mil (2012 - R\$ 29 mil), e não possuía outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
4.339	4.439	4.439
1.783	2.267	1.783
1.365	1.365	1.365
713	718	718
684	684	684
339	339	339
7.188	7.188	7.188
9.812	9.812	9.812

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) **Fiscais e previdenciárias**
Provisão para riscos fiscais (Nota 8b) 211 175
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar 63 106
Provisão para impostos diferidos (Nota 15c) 14 11
Impostos e contribuições a recolher - 1
Total 288 293
b) **Diversas**
Provisão para pagamentos a efetuar 92 81
Total 92 81

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) **Capital social**
O capital social no montante de R\$ 5.500 mil (2012 - R\$ 5.020 mil) está representado por 5.500.000 (2012 - 5.020.000) cotas, subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.
b) **Movimentação do capital social**

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012
Saldo inicial em 31.12.2012	5.020.000	5.020	5.020.000	5.020
Aumento de capital com reservas - Alteração Contratual de 19.4.2013 (1)	480.000	480	480.000	480
Saldo final em 30.6.2013	5.500.000	5.500	5.500.000	5.500

(1) Em 21 de maio de 2013 o BACEN aprovou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Legal" no montante de R\$ 309 mil e de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no montante de R\$ 171 mil, com a criação de 480.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco Financiamentos S.A.
c) **Reservas de Lucros**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de Lucros	4.328	4.515
- Reserva legal (1)	26	320
- Reserva estatutária (2)	4.302	4.195

(1) Constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa de Organização Bradesco

CNPJ 04.163.016/0001-76

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



d) Dividendos

Os Sócios-Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho, está demonstrado a seguir:

	2013	2012
Lucro líquido	132	222
(+) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(7)	(11)
Base de cálculo	125	211
Dividendos propostos	1	2
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em reais por lote de mil cotas	0,18	0,40

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2013	2012
Propaganda e publicidade	98	64
Serviços técnicos especializados	8	5
Serviços do sistema financeiro	6	3
Contribuição patronal	6	3
Outras	7	7
Total	126	87

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2013	2012
Contribuição ao COFINS	14	18
Contribuição ao PIS	2	3
Impostos e taxas	4	4
Total	20	21

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	2013	2012
Atualização de depósitos em garantia	6	1
Atualização de provisão para riscos fiscais	(6)	(5)
Total	-	3

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador e empresa coligada estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2013	2012	2013	2012
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	23	29	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	(5)	(61)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, no Reunião de Sócios-cotistas é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- Verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pelo Resolução CMN nº 3.989/11, para sua pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as Instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos nas seguintes situações:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelos instituidores financeiros empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	200	337
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(80)	(134)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores	12	19
Total	(68)	(115)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devido	(77)	(115)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias	9	-
Total dos impostos diferidos	9	-
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(68)	(115)

c) Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2012		Saldo em 30.6.2013	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para contingências fiscais	54	6	60	20
Outros	57	42	39	50
Total dos créditos tributários (Nota 6)	111	48	99	70
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	12	2	-	14
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	99	46	99	106

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2013 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2013	5	6	15
2014	20	12	32
2015	33	20	53
2016	11	6	17
2017	2	1	3
Total (Nota 6)	75	45	120

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somou R\$ 113 mil (2012 - R\$ 96 mil) de diferenças temporárias.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A BMC DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, o gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às Instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conciliador Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Osasco, 15 de agosto de 2013

Claudio Rogério Sentório

Contador CRC 1SP212059/O-0



RBTA

Érika Jr./Estado Conteúdo - 24/07/2013

SARNEY TEM ALTA

O senador José Sarney (PMDB-AP) recebeu alta do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, ontem, após dez dias de internação. Ele havia sido diagnosticado com dengue e pneumonia.

Na última terça-feira, Sarney fez um cateterismo coronário, procedimento para avaliar o funcionamento das válvulas do coração. Segundo boletim médico, o estado de saúde dele é bom e Sarney continuará em acompanhamento ambulatorial.

Goulart

Representantes do governo federal começaram a preparar a exumação do corpo do presidente João Goulart (1919-1976). Peritos da Polícia Federal e enviados da Comissão Nacional da Verdade querem apurar se Goulart, deposto pelo golpe militar de 1964, foi morto enquanto vivia no exílio, na Argentina. Segundo versão oficial, Jango morreu devido a um ataque cardíaco. A ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos), no entanto, já disse ver uma "possibilidade muito clara" de que ele tenha sido assassinado. Há a hipótese de envenenamento.



CABRAL

O deputado estadual Marcelo Freixo (PSol) protocolou na Assembleia Legislativa do Rio um pedido de impeachment do governador Sérgio Cabral (PMDB). O pedido encaminhado ao presidente da Assembleia, o deputado Paulo Melo (PMDB), informa que há "fatos que atentam contra a dignidade, a honra e o decoro do cargo de governador do Rio".

No pedido, Freixo se lembra de casos como o relatado na última 'Veja', segundo o qual o escrivão da primeira-dama do Rio, Adriana Ancelmo, aumentou o número de clientes após a eleição de Cabral para o governo, em 2007. Em 2006, os profissionais do escritório dela acompanhavam 500 processos. Hoje são 10 mil.

Governador afirma que empresas envolvidas em cartel de metrô e trens serão punidas "exemplarmente"

Questionado ontem sobre as investigações de contratos vigentes do Metrô de São Paulo pelo Ministério Público Estadual, o governador Geraldo Alckmin defendeu simplesmente a "transparência absoluta" no inquérito.

Journal O Estado de S. Paulo revelou, na edição de ontem, que promotores vêem indícios de que o cartel do setor metroferroviário pode ter ocorrido também em contratos atuais.

A multinacional alemã Siemens delatou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), ligado ao Ministério da Justiça, a existência de um esquema de cartel envolvendo 20 empresas, de 1998 a 2008. Um ex-executivo da Siemens subsidia o Ministério Público com informações que podem levar à conclusão sobre a continuidade do esquema.

Alckmin ainda disse que o Estado é o maior interessado na verdade e que as

empresas envolvidas no cartel do Metrô serão punidas "exemplarmente", além de terem de ressarcir o poder público. "Revisão e análise de contrato não tem problema (que sejam feitos). Quanto mais transparência tiver, melhor."

Prévias - O governador defendeu que o candidato a presidente de seu partido em 2014 seja escolhido por prévias. E fez coro com os serristas ao dizer que acredita que "quanto mais você ampliar a consulta, melhor."

Hoje é consenso no PSDB que numa prévia, Aécio Neves teria vitória folgada sobre José Serra. O partido já realizou prévias para decidir quem concorreria à Prefeitura de São Paulo, mas essa seria a primeira consulta para definir um postulante à Presidência. Serra, que já disputou duas vezes o Planalto, tem se movimentado como presidenciável e até estuda deixar o PSDB para disputar a Presidência pelo PPS. (Agências)



Alckmin: "Punição para envolvidos no cartel".

Inquérito da Alstom é devolvido à PF

O Ministério Público Federal considerou prematuro o relatório da Polícia Federal (PF) em que o vereador Ademar Matarazzo (PSDB) foi indiciado e solicitou novos depoimentos de envolvidos no caso do suposto pagamento de propinas a dirigentes e servidores do governo paulista por parte do grupo francês Alstom.

O inquérito da PF tem como base informações do Ministério Público da Suíça relativas a

negócios da administração estadual entre 1995 a 2003.

Segundo o procurador da República Rodrigo de Grandis, responsável pelo caso, é preciso "aprofundar o que já é conhecido em termos de extensão". "Requeri a complementação de provas. Vamos tentar ouvir pessoas que foram mencionadas no inquérito, mas que não foram chamadas para prestar depoimento. Considere que a inquirição delas é importante para a demonstra-

ção da materialidade do crime", justificou.

Ele disse que serão buscados depoimentos de estrangeiros, até mesmo por meio de cooperação jurídica internacional. Segundo Grandis, também serão pedidos novos dados fiscais e bancários de envolvidos à Receita Federal e ao Banco Central.

O relatório, do delegado Milton Fornazari, foi concluído pela PF em agosto de 2012. No inquérito foram indiciados,

além de Matarazzo, dois ex-dirigentes da estatal paulista de energia EPTe e outros 8 sob a suspeita de envolvimento e pagamento de propinas.

De acordo com o procurador, "o relatório da PF foi feito de forma prematura". "Há que ter uma complementação. É muito mais comum pedir novas diligências após a entrega de um relatório final da PF do que apresentar denúncia com base exclusivamente no relatório." (Folhapress)